

## **CUE36 - EFEITOS DOS GASTOS DE NATUREZA AMBIENTAL NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS POR ACCRUALS**

### **Autoria**

**MARIA MARGARETE BACCIN BRIZOLLA**

UNIJUI - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADOS DO RS

**Roberto Carlos Klann**

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

### **Resumo**

A qualidade da informação contábil é difícil de ser observada, não existindo uma única abordagem para a sua mensuração, em decorrência das limitações dos modelos utilizados em cada métrica, bem como por esta envolver uma série de características diferentes. Fatores ambientais, como normas e incentivos para elaborar e divulgar tais informações, são relevantes para moldar o comportamento dos gestores, para que produzam relatórios contábeis mais informativos e de alta qualidade. Os gastos ambientais podem ser um indicativo de elevada qualidade das informações contábeis disponibilizadas aos usuários, visto que o efeito das ações ambientais pode melhorar a expectativa de transparência e confiabilidade por parte do mercado, o que pode refletir no desempenho financeiro das organizações. Este estudo tem como objetivo verificar a relação entre os gastos ambientais e a prática de gerenciamento de resultados contábeis. Os dados foram coletados na base de dados Thomson Datastream Index Service e no relatório do Global Reporting Initiative (GRI). A amostra compreendeu 400 empresas de 20 países diferentes, e compreendeu o período de 2010 a 2014 e considerou dois modelos de gerenciamento de resultados por accruals para mensurar a qualidade das informações divulgadas. Conclui-se que os gastos ambientais, assim como alguns atributos de normas e incentivos, como adoção das IFRS, auditoria por BIG4, aplicação das leis de valores mobiliários do país, rentabilidade, listagem estrangeira, alavancagem e tamanho, constituem-se em determinantes que influenciam na melhoria da qualidade da informação contábil no contexto dos países investigados.

## EFEITOS DOS GASTOS DE NATUREZA AMBIENTAL NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS POR ACCRUALS

### RESUMO

A qualidade da informação contábil é difícil de ser observada, não existindo uma única abordagem para a sua mensuração, em decorrência das limitações dos modelos utilizados em cada métrica, bem como por esta envolver uma série de características diferentes. Fatores ambientais, como normas e incentivos para elaborar e divulgar tais informações, são relevantes para moldar o comportamento dos gestores, para que produzam relatórios contábeis mais informativos e de alta qualidade. Os gastos ambientais podem ser um indicativo de elevada qualidade das informações contábeis disponibilizadas aos usuários, visto que o efeito das ações ambientais pode melhorar a expectativa de transparência e confiabilidade por parte do mercado, o que pode refletir no desempenho financeiro das organizações. Este estudo tem como objetivo verificar a relação entre os gastos ambientais e a prática de gerenciamento de resultados contábeis. Os dados foram coletados na base de dados *Thomson Datastream Index Service* e no relatório do *Global Reporting Initiative* (GRI). A amostra compreendeu 400 empresas de 20 países diferentes, e compreendeu o período de 2010 a 2014 e considerou dois modelos de gerenciamento de resultados por *accruals* para mensurar a qualidade das informações divulgadas. Conclui-se que os gastos ambientais, assim como alguns atributos de normas e incentivos, como adoção das IFRS, auditoria por BIG4, aplicação das leis de valores mobiliários do país, rentabilidade, listagem estrangeira, alavancagem e tamanho, constituem-se em determinantes que influenciam na melhoria da qualidade da informação contábil no contexto dos países investigados.

**Palavras-chave:** Qualidade da informação contábil; Gerenciamento de resultados; Normas reguladoras; Incentivos para a qualidade da informação; Gastos de natureza ambiental.

### 1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata dos efeitos dos gastos ambientais realizados pelas empresas sobre a qualidade da informação contábil, mais especificamente pela prática de gerenciamento de resultados contábeis. A qualidade da informação contábil pode estar associada ao ambiente em que a organização atua, ou seja, às normas e incentivos para a elaboração e divulgação dos relatórios contábeis. Nesse sentido, fatores como mecanismos de proteção aos investidores, estrutura de propriedade e o nível de *enforcement* da legislação podem explicar diferenças na utilidade dos números contábeis entre os países (Ball, Kothari & Robin, 2000).

Neste contexto, as informações ambientais vêm ganhando destaque nos relatórios publicados pelas empresas (Clarkson, Li, Richardson & Vasvari, 2008). A crescente preocupação sobre o efeito das organizações na sociedade e no meio ambiente tem levado o público a exigir das empresas não apenas valor econômico agregado, mas também comportamento social e ambiental responsável, assim como maiores níveis de transparência em relação aos impactos sociais e ambientais nos negócios (Prado-Lorenzo & Garcia-Sanchez, 2010).

A evidenciação de ações ambientais realizadas pelas empresas constitui-se em um incentivo para a qualidade das informações, uma vez que empresas socialmente responsáveis são percebidas pelos investidores como empresas que divulgam informações completas com transparência e de qualidade, podendo atrair os investidores

que acreditam que as ações ambientais podem melhorar o seu desempenho (Kim, Park & Wier, 2012).

Pyo e Lee (2013) fornecem evidências de que devido ao recente movimento em direção a benefícios mútuos entre empresas, sociedade, gestores e investidores, as empresas com iniciativas de responsabilidade social e ambiental estão propensas à maior qualidade na emissão de seus relatórios contábeis, apresentando menor gerenciamento de resultados. Nesse mesmo sentido, Litt, Sharma e Sharma (2013) apontam que empresas com iniciativas ambientais apresentam menor gerenciamento de resultados e maior desempenho financeiro.

Por outro lado, Heltzer (2011) e Grougiou et al. (2014) analisaram a influência dos gastos de natureza social e ambiental no gerenciamento de resultados, constatando que as empresas envolvidas em tais práticas tendiam a apresentar maiores gastos com responsabilidade social. Dessa forma, tais gastos estariam sendo utilizados para encobrir ou mascarar as práticas de gerenciamento, ou até mesmo como ferramentas para tal.

O problema de pesquisa tratado neste estudo relaciona-se com a questão de que ações socialmente responsáveis por parte das empresas são legítimas, podem ser decorrentes de sua preocupação com a responsabilidade social, o que leva a maior transparência e qualidade das informações prestadas ao mercado; ou funcionam mais como peça de marketing, que visa camuflar a falta de transparência das informações; ou ainda não apresentam nenhuma relação com a qualidade da informação contábil divulgada.

Assim, apresenta-se a seguinte questão: Qual a relação entre os gastos ambientais e a qualidade da informação contábil? Visando responder à questão de pesquisa proposta, o objetivo do estudo é verificar a relação entre os gastos ambientais e a prática de gerenciamento de resultados contábeis.

Este problema de pesquisa já foi objeto de alguns estudos em outros países, como Pyo e Lee (2013), que investigaram se empresas com iniciativas de responsabilidade social e ambiental estavam propensas à maior qualidade na emissão de seus relatórios contábeis; Litt, Sharma e Sharma (2013), que verificaram se empresas com iniciativas ambientais apresentavam menor gerenciamento de resultados e maior desempenho financeiro; além de Kim, Park e Wier (2012), que analisaram o comportamento das empresas com ações de responsabilidade social e ambiental, no que se refere ao gerenciamento de resultados. Os resultados desses estudos indicaram que empresas com iniciativas socioambientais estão propensas a maior qualidade na emissão de seus relatórios contábeis, apresentando menor gerenciamento de resultados.

A principal diferença entre este estudo e os anteriores citados acima consiste na amplitude da amostra, considerando que foram investigadas empresas de 20 países diferentes, durante o período de 2010 a 2014. Pyo e Lee (2013) estudaram 4.198 empresas, mas todas estavam listadas na bolsa de valores da Coreia, no período de 2004 a 2010. O estudo de Litt, Sharma e Sharma (2013) investigou 2.095 empresas, mas incluíram apenas aquelas que divulgaram informações na bolsa de valores dos EUA, no período de 2004 a 2006. Este estudo também amplia a análise realizada por Kim, Park e Wier (2012), pois esses autores analisaram apenas empresas norte americanas (23.391) que divulgaram seus dados financeiros em 2009. Portanto, ao incluir uma gama maior de países e um horizonte temporal mais longo (com exceção do estudo de Pyo e Lee, 2013), esta pesquisa proporciona uma visão mais abrangente sobre o efeito dos gastos de natureza ambiental na qualidade da informação contábil, considerando aspectos inerentes aos diferentes países investigados, algo que, pelo menos do que é de conhecimento dos autores, ainda não se encontrou na literatura sobre o tema.

Também se justifica este estudo pela possibilidade de contribuir com a literatura sobre os determinantes das práticas de gerenciamento de resultados, proporcionar

informações para o mercado, principalmente para analistas e investidores, sobre a qualidade das informações divulgadas pelas empresas com iniciativas ambientais. Pode contribuir também com órgãos reguladores, no sentido do estabelecimento de normas que promovam a transparência das informações sobre gastos de natureza ambiental e inibam sua utilização como mecanismo para disfarçar práticas de gerenciamento de resultados.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

A qualidade da informação contábil QIC tem sido entendida como o poder da informação gerada a partir dos relatórios contábeis que pode influenciar as decisões dos usuários (Bagaeva, 2008). As informações contábeis servem para que seus usuários façam avaliações e auxiliem no processo de tomada de decisão, por essa razão, são relevantes. Assim, faz-se necessário identificar como a qualidade da informação contábil pode ser afetada pelas escolhas contábeis (Martins & Hirashima, 1994).

No que se refere à qualidade dos relatórios, em termos subjetivos, pode ser entendida como a utilidade das demonstrações financeiras para os investidores, credores, administradores e todos os demais contratantes (Ball & Shivakumar, 2005). Na literatura encontram-se mais de uma métrica para medir a qualidade da informação contábil. Nesse sentido, pesquisadores têm centrado suas discussões em medidas que capturam diferentes propriedades da informação contábil, como o gerenciamento de resultados, que se refere a uma medida de qualidade da informação contábil, visto que é uma resposta aos incentivos de elaboração e divulgação de informações por parte das firmas (Burgstahler, Hail & Leuz, 2006).

O gerenciamento de resultados origina-se do poder discricionário que o gestor exerce sobre os números contábeis, com ou sem restrição, buscando maximizar o valor da empresa ou o oportunismo (Watts & Zimmerman, 1990). Trata-se da manipulação de informações a respeito da situação econômico-financeira da empresa, ocorrendo no momento em que os gestores usam julgamento na estruturação de operações que afetam os relatórios contábeis (Healy & Wahlen, 1999).

No entanto, essa manipulação de informações se dá nos limites das normas e dos princípios contábeis geralmente aceitos, não se constituindo em fraude (Martinez & Cardoso, 2009). Nesse sentido, Martinez (2001) destaca que quando as normas contábeis facultam certa discricionariedade para o executivo, este efetua suas escolhas em função dos incentivos, que os levam a divulgar resultados que atendam seus interesses.

No Brasil, o tema foi abordado inicialmente por Martinez (2001), que apresenta como uma das motivações para a sua existência os custos políticos. Paulo (2007) menciona que a perspectiva oportunística assume que os administradores escolhem políticas contábeis para maximizar suas próprias utilidades esperadas em relação à remuneração, contratos de dívidas e custos políticos.

Este estudo aborda o gerenciamento de resultados sob a perspectiva das escolhas contábeis, que estão vinculadas às acumulações advindas do regime de competência. Tais acumulações são chamadas de *accruals*, que podem ser entendidas, de maneira geral, como a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional líquido, ou a diferença entre o lucro líquido do período e o dinheiro resultante do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos (Richardson, Teoh & Wysocki, 2004).

Os *accruals* dão oportunidade aos gestores de se envolverem em operações de gerenciamento por ocasião da evidenciação dos resultados, visto que existe a flexibilidade de gerir as políticas contábeis decorrentes do regime de competência (Chen, Lin & Zhou, 2005). Martinez (2001) apresenta duas abordagens diferenciadas para o gerenciamento

de resultados por meio de *accruals*: análise de *accruals* agregados e análise de *accruals* específicos. Essas abordagens são consideradas estudos de modelação (McNichols, 2000).

Rodrigues (2008) destaca que o primeiro estudo a utilizar a metodologia de *accruals* agregados ou totais, com o objetivo de estimar os componentes discricionários dos *accruals*, foi a investigação de Healy (1985), que buscou medir o grau de discricionariedade dos gestores de empresas sobre a informação contábil. No entanto, este modelo é criticado por falhar na distinção do componente gerenciado e não gerenciado (McNichols, 2000).

A utilização dos *accruals* específicos permite o uso de um maior número de dados, como destaca Rodrigues (2008), viabilizando uma análise multivariada e o desenvolvimento de modelos econométricos mais compatíveis com as hipóteses de pesquisa. Uma das vantagens em utilizar esta metodologia é a possibilidade do pesquisador desenvolver e implementar fatores relevantes que influenciam o comportamento das acumulações, utilizando seus conhecimentos acerca das normas contábeis e atividades das empresas. As pesquisas com esta abordagem se utilizam de maior aprofundamento em setores específicos, limitando a generalização dos resultados encontrados nos estudos (McNichols, 2000).

De acordo com Goulart (2007), os *accruals* podem ser de natureza discricionária ou não discricionária, sendo considerado discricionário quando depende do julgamento do executivo e não discricionário quando não existe essa dependência. A partir do interesse oportunista do gestor, os *accruals* discricionários podem assumir a forma positiva ou negativa, possibilitando identificar que empresa está manipulando intencionalmente seus resultados para melhorá-los ou piorá-los, respectivamente (Mazzioni, 2015).

A visão predominante na literatura é que o gerenciamento de resultados está associado negativamente à qualidade dos lucros, sendo que tais práticas não são bem vistas no que se refere à qualidade da informação contábil, devendo ser monitorada e inibida nos arranjos de governança corporativa. Também se observa que crescem as investigações para identificar os incentivos econômicos por trás de tais práticas (Lopes, 2009).

O estudo da relação entre a qualidade das informações contábeis e as informações ambientais evidenciadas nos relatórios das companhias tem ganhado relevância, na medida em que o mundo dos negócios tem se esforçado para informar às partes interessadas suas ações para minimizar o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente (Christ & Burritt, 2013). Gray e Bebbington (2000) mencionam que os relatórios ambientais têm um espaço importante na mídia corporativa, mesmo sendo utilizados, quase que exclusivamente, no meio das grandes corporações.

Ao se analisar pesquisas acerca da evidenciação voluntária, como por exemplo, o de Clarkson et al. (2008), percebe-se que as informações ambientais reportadas nos relatórios das empresas, considerando o seu caráter voluntário, afetam o desempenho ambiental das firmas e o nível de evidenciação ambiental discricionária. Estabelecer a utilidade das divulgações ambientais voluntárias transparentes e a fonte desta utilidade é de fundamental importância, visto que podem melhorar a expectativa de desempenho financeiro das organizações (Clarkson, Fang, Li & Richardson 2013). Nesse sentido, as empresas podem realizar atividades de responsabilidade social e ambiental para desenvolver suas reputações, pois acreditam que uma boa reputação leva ao aumento das vendas (Lev, Petrovits & Radhakrishnan, 2010).

Em razão do movimento recente acerca dos benefícios mútuos para as empresas e para os *stakeholders*, os gestores e investidores estão cada vez mais conscientes da

importância da responsabilidade social e ambiental. Estas ações podem representar como os gestores visualizam a integridade, visto que alguns executivos podem ter o incentivo à execução e divulgação de tais práticas como estratégia oportunista. Em particular, gestores sem integridade podem se aproveitar destas ações para compensar os seus comportamentos oportunistas, utilizando as ações ambientais para camuflar práticas de gerenciamento de resultados, por exemplo. Por outro lado, gestores éticos e conscientes tendem a estar ativamente envolvidos em atividades de responsabilidade social como conduta exemplar, sendo susceptíveis de fornecerem relatórios financeiros mais precisos e confiáveis (Pyo & Lee, 2013), o que inibe práticas oportunistas de gerenciamento.

Este estudo trata especificamente da utilização de gastos de natureza ambiental como forma de gerenciar os resultados contábeis, ao considerar uma visão oportunista dos gestores, ou como um indicativo de um comportamento mais ético de sua parte, comprometido com a qualidade da informação contábil divulgada. Tais gastos podem ser resultantes de iniciativas ambientais (investimentos em tecnologias, P&D e/ou inovações para assegurar o desempenho e a eficiência ambiental) ou gastos com multas ambientais, os quais estão dentre os itens observados no modelo de evidenciação ambiental proposto por Clarkson et al. (2008).

Frente ao exposto, partindo do pressuposto que empresas com maior comprometimento com ações de responsabilidade social e ambiental apresentam comportamento ético, voltado para a transparência e qualidade das informações divulgadas ao mercado, foi estabelecida a primeira hipótese de pesquisa:

H<sub>1</sub> – Há uma relação negativa entre os gastos de natureza ambiental e os níveis de gerenciamento de resultados por *accruals*.

Por outro lado, considerando a premissa de comportamento oportunista dos gestores das empresas, o qual pode ser motivado por diferentes incentivos, os gastos de natureza ambiental podem ser utilizados como uma forma de mascarar as práticas de gerenciamento de resultados, transmitindo ao mercado uma imagem de empresa comprometida com questões de responsabilidade social e ambiental, melhorando sua imagem e credibilidade no mercado. Diante disso, foi elaborada a hipótese alternativa para o problema de pesquisa investigado:

H<sub>2</sub> – Há uma relação positiva entre os gastos de natureza ambiental e os níveis de gerenciamento de resultados por *accruals*.

Por fim, caso ambas as hipóteses sejam rejeitadas, será possível inferir que tais gastos de natureza ambiental não se constituem elementos restritivos nem de incentivo às práticas de gerenciamento de resultados, mas podem estar relacionados a “exigências” impostas por diferentes mercados, ainda que não sejam de cunho legal.

### 3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A população deste estudo constitui-se das empresas de capital aberto localizadas nos cinco continentes e que tiveram seus dados disponibilizados na base de dados *Thomson Datastream Index Service*, referente ao período de 2010 a 2014, totalizando 63.126 companhias, conforme a Tabela 1.

Para a amostra foram definidos dois conjuntos de empresas, os quais foram denominados de Grupo 1 e Grupo 2, conforme apresentado na Tabela 2 a seguir. Para a amostra do Grupo 1 foram consideradas as empresas que divulgaram o relatório do GRI relativos às competências 2010 a 2014 e que tiveram seus dados disponibilizados na *Thomson Datastream Index Service* no mesmo período. Além disso, como o estudo levou em conta variáveis em nível de país, foram consideradas apenas as empresas cujos países

apresentavam pelos menos cinco companhias com os dados necessários.

**Tabela 1 – Composição da amostra do Grupo 1**

Descrição	Exclusão	Empresas
Empresas ativas na base Thomson		63.126
Empresas que não divulgaram GRI referente a 2010 a 2014	(62.297)	829
Empresas que não continham informações necessárias para a aplicação dos modelos de GR e VR	(580)	249
Empresas que não pertenciam aos Países que compõe a amostra do estudo	(49)	200
Composição da Amostra		200

Fonte: Dados da pesquisa.

A amostra do Grupo 2 foi definida a partir de escolha aleatória dentre as empresas de capital aberto que divulgaram seus dados na *Thomson Datastream Index Service* no período e que não divulgaram o GRI. Foram selecionadas de forma aleatória o mesmo número de empresas que compuseram a amostra do Grupo 1 para cada país, independente do setor, sendo descartada a empresa que não apresentasse todas as informações necessárias à aplicação do modelo.

**Tabela 2 – Composição da amostra do estudo**

Países	2010 a 2014	2010 a 2014	2010 a 2014
	GRI e Thomson	Thomson	Total
África do Sul	15	15	30
Alemanha	8	8	16
Austrália	7	7	14
Brasil	10	10	20
Canadá	11	11	22
China	5	5	10
Coreia do Sul	5	5	10
Espanha	12	12	24
Estados Unidos	26	26	52
Finlândia	6	6	12
França	14	14	28
Grã-Bretanha	8	8	16
Grécia	5	5	10
Holanda	7	7	14
Índia	5	5	10
Itália	20	20	40
Japão	5	5	10
México	5	5	10
Suécia	13	13	26
Suíça	13	13	26
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>400</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Verificou-se que dentre as 200 empresas que compõe cada grupo, 20 empresas de cada grupo (totalizando 40) são oriundas da Ásia; 15 africanas; 106 europeias; 15 latino-americanas e caribenhas; 37 norte-americanas; e 7 empresas de cada grupo estão localizadas na Oceania. Para medir o nível de gerenciamento de resultados por meio de *accruals*, primeiramente foram utilizados os modelos Jones Modificado, de Dechow, Sloan e Sweeney (1995), e Jones Modificado ajustado pelo ROA, de Kothari et al. (2005), para se obter os *accruals* não discricionários.

Na sequência, foram calculados os *accruals* discricionários (AD) para os dois modelos, conforme a equação 1:

$$AD = TA - AND$$

Onde:

AD = *accruals* discricionários;

TA = *accruals* totais (lucro líquido menos fluxo de caixa operacional);

AND = *accruals* não discricionários.

Para analisar a relação entre os gastos de natureza ambiental (GNA) e as práticas de gerenciamento de resultados, utilizou-se os *accruals* discricionários apurados na equação 1 como variável dependente, e variáveis de normas e incentivos (restrição) ao gerenciamento de resultados, presentes na literatura, conforme a equação 2 a seguir.

$$AD_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 IFRS_{it} + \alpha_2 SJ_{it} + \alpha_3 BIG4_{it} + \alpha_4 LVM_{it} + \alpha_5 ROA_{it} + \alpha_6 LE_{it} + \alpha_7 AL_{it} + \alpha_8 GNA_{it} + \alpha_9 TAM_{it} + \alpha_{10} \Delta V_{it} + \alpha_{11} SE_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que:

AD<sub>it</sub> = *Accruals* discricionários dos modelos Jones Modificado (1995) e Jones Modificado ajustado pelo ROA (2005) da empresa *i* no período *t*;

IFRS<sub>it</sub> = adoção das IFRS pela empresa *i* no período *t* (sim = 1; 0 = não);

SJ<sub>it</sub> = Sistema Jurídico do país sede da empresa *i* no período *t* (*common law* = 1; *code law* = 0);

BIG4<sub>it</sub> = empresa *i* auditada por *Big 4* no período *t* (sim = 1; 0 = não);

LVM<sub>it</sub> = Lei de Valores Mobiliários do país sede da empresa *i* no período *t* (Índice encontrado pronto na *homepage* do *World Economic Forum* (2015));

ROA<sub>it</sub> = Retorno sobre o Ativo da empresa *i* no período *t* (Lucro líquido sobre Ativo total);

LE<sub>it</sub> = Listagem Estrangeira da empresa *i* no período (sim = 1; 0 = não);

AL<sub>it</sub> = Alavancagem da empresa *i* no período *t* - (Passivo total dividido pelo Ativo total);

GNA<sub>it</sub> = Gastos ambientais da empresa *i* no período *t* - (gastos ambientais pelo Ativo Total);

TAM<sub>it</sub> = Total do Ativo (log) da empresa *i* no período *t*;

ΔV<sub>it</sub> = variação das vendas da empresa *i* no período *t*;

SE<sub>it</sub> = Setor Econômico da empresa *i* no período *t* (indústria = 1; zero caso contrário).

Os gastos ambientais considerados no estudo foram aqueles inerentes aos investimentos para diminuir a poluição ou ruídos, bem como os gastos em P&D, monitoramento da avaliação ambiental, impostos e seguros, todos oriundos do GRI.

Considerando que os *accruals* discricionários podem ser influenciados por normas e incentivos para a preparação e evidenciação das informações contábeis (Leuz; Nanda & Wysocki, 2003; Burgstahler et al., 2006), foram utilizadas algumas variáveis de controle no modelo, que tentam capturar tal influência.

Nesse sentido, fatores como adoção das IFRS, país com sistema jurídico *common law*, auditoria por *Big 4*, um ambiente rígido de aplicação das leis de valores mobiliários, maior rentabilidade (ROA), o fato da empresa estar listada em bolsa estrangeira (LE), menor endividamento (AL), o tamanho (TAM), o crescimento das vendas (ΔV) e o setor de atuação da empresa (SE) podem contribuir para a melhoria das informações disponibilizadas aos usuários, com redução dos níveis de gerenciamento de resultados (Yoon, 2007; Iatridis, 2010; Clarkson et al., 2013).

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, apresenta-se a estatística descritiva das variáveis de normas e incentivos para a qualidade da informação contábil, como nota-se na Tabela 3.

Ao comparar as médias das variáveis dos dois grupos da amostra, nota-se que as maiores diferenças estão na auditoria por *BIG4*, no ROA, tamanho e crescimento das



vendas, maiores no Grupo 1. As empresas do Grupo 2 apresentam média ligeiramente superior quanto à listagem estrangeira.

**Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis de norma e incentivos**

Var	G1				G2				G1+G2			
	MÁX	MÍN	MÉD	DPAD	MÁX	MÍN	MÉD	DPAD	MÁX	MÍN	MÉD	DPAD
BIG4	1,000	0,000	0,900	0,300	1,000	0,000	0,820	0,390	1,000	0,000	0,860	0,360
LVM	6,600	3,500	5,010	0,750	6,600	3,500	5,010	0,750	6,600	3,500	5,010	0,750
ROA	12,700	-4,240	0,070	0,660	9,960	-9,740	0,020	1,530	12,700	-9,210	0,030	1,040
LE	1,000	0,000	0,230	0,410	1,000	0,000	0,260	0,450	1,000	0,000	0,250	0,430
AL	0,960	0,000	0,230	0,170	0,940	0,000	0,210	0,180	0,960	0,000	0,220	0,180
GNA	0,160	0,000	0,040	0,023	0,000	0,000	0,000	0,000	0,160	0,000	0,019	0,025
TAM	5,350	0,000	3,110	1,100	4,860	-2,000	2,380	1,060	5,350	0,020	2,810	1,120
$\Delta V$	8,900	-5,930	0,130	0,900	8,610	-3,610	0,070	0,680	8,900	-5,930	0,100	0,800
SE	1,000	0,000	0,360	0,470	1,000	0,000	0,270	0,450	1,000	0,000	0,320	0,470

Fonte: Dados da pesquisa.

Em termos de aplicação de leis de valores mobiliários (LVM), os resultados foram semelhantes entre os dois grupos. Pode-se destacar ainda que há maior porcentagem de empresas industriais no Grupo 1 (36%) em relação ao Grupo 2 (27%), embora em ambos os grupos pode-se considerar um percentual baixo. Este resultado é importante pois acredita-se que os maiores gastos ambientais sejam provenientes de empresas do setor industrial.

Para o GNA, verificou-se que o desvio padrão apresentou-se superior à média para as empresas da amostra, indicando que existe heterogeneidade em tais gastos entre as empresas. Também foi observado que, em média, as empresas gastam apenas 2% dos ativos totais em ações de natureza ambiental, o que pode ser justificado pelo percentual de empresas do setor industrial destacado acima.

Na sequência, apresenta-se a correlação de *Pearson* e o teste de Fator de Inflação de Variância (VIF), realizados para verificar problemas de multicolinearidade e determinar a intensidade e o sentido das relações entre as variáveis do modelo.

A Tabela 4 apresenta a Correlação de *Pearson* e o teste VIF em relação aos *accruals* discricionários do Modelo Jones Modificado (1995), com as normas e incentivos para a qualidade da informação. Os resultados indicam a existência de correlação negativa e significativa ao nível de 1% entre os *accruals* discricionários (ADJM) e as variáveis explicativas IFRS (-0,011), LVM (-0,001), LE (-0,018) e GNA (-0,042); ao nível de 5% para as variáveis explicativas BIG4 (-0,006), AL (-0,012) e TAM (-0,129); e ao nível de 10% para a variável explicativa ROA (-0,026).

A partir das correlações encontradas entre os atributos de qualidade das informações (variáveis explicativas) e a variável dependente, pode-se inferir que, embora existam relações significativas entre as variáveis, estas são de fraca intensidade.

A correlação negativa entre a variável dependente e a variável explicativa adoção de IFRS indica que as empresas, ao adotar normas internacionais de contabilidade, apresentam tendência em gerenciar menos seus resultados. Nota-se também que as leis de valores mobiliários (LVM) e a listagem em bolsas estrangeiras inibem o gerenciamento de resultados.

Também se verifica que a qualidade das informações contábeis divulgadas é reforçada quando as empresas são auditadas por *Big 4* e encontram-se mais alavancadas, pois o gerenciamento de resultados é menor, confirmando os achados de Iatridis (2010) e Litt et al. (2013).

Constatou-se ainda que empresas com maior retorno sobre o ativo total tendem a apresentar menor gerenciamento de resultados. Esses achados confirmam os encontrados

por Burgstahler et al. (2006), indicando que o retorno sobre ativos está associado negativamente com o gerenciamento de resultados e, conseqüentemente, a melhores níveis de qualidades das informações divulgadas.

Verificou-se também que o gerenciamento de resultados é menor em empresas maiores, indicando que essas empresas apresentam maior qualidade da informação contábil. Resultados semelhantes foram encontrados por Klann (2011), que aponta esta característica como associada positivamente à qualidade da informação contábil.

**Tabela 4 – Correlação de Pearson e VIF**

Painel A – Modelo Jones Modificado (1995)												
	IFRS <sub>it</sub>	SJ <sub>it</sub>	BIG4 <sub>it</sub>	LVM <sub>it</sub>	ROA <sub>it</sub>	LE <sub>it</sub>	AL <sub>it</sub>	GNA <sub>it</sub>	TAM <sub>it</sub>	ΔV <sub>it</sub>	SE <sub>it</sub>	VIF
ADJM <sub>it</sub>	-,01***	-,033	-,01**	-,01***	-,026*	-,02***	-,012**	-,042*	-,13**	-,001	,016	
IFRS <sub>it</sub>	1	0,4**	,009	,006***	,057*	,080**	,084**	,019**	,085**	,017	-,002	1,28
SJ <sub>it</sub>		1	,007	,057***	,067**	,017	,039	,032*	,157**	,05***	,118***	1,31
BIG4 <sub>it</sub>			1	,021	,028	,001	,002	,001***	,010	,000	,010	1,00
LVM <sub>it</sub>				1	,018	,386**	,093**	,044***	,096**	,028	-,04***	1,22
ROA <sub>it</sub>					1	,024	,140**	,019	,081**	,030	-,015	1,03
LE <sub>it</sub>						1	,091**	,064**	,115**	,023	-,010	1,22
AL <sub>it</sub>							1	,025	,090**	,03***	-,009	1,04
GNA <sub>it</sub>								1	,273**	,004	,094	1,09
TAM <sub>it</sub>									1	,03***	,052***	1,19
ΔV <sub>it</sub>										1	-,004	1,00
SE <sub>it</sub>											1	1,02

  

Painel B – Modelo Jones Modificado ajustado pelo ROA (2005)												
	IFRS <sub>it</sub>	SJ <sub>it</sub>	BIG4 <sub>it</sub>	LVM <sub>it</sub>	ROA <sub>it</sub>	LE <sub>it</sub>	AL <sub>it</sub>	GNA <sub>it</sub>	TAM <sub>it</sub>	ΔV <sub>it</sub>	SE <sub>it</sub>	VIF
ADROA <sub>it</sub>	-,01***	-,015	-,001**	-,006***	-,007*	-,029***	-,014***	-,036***	-,121**	-,006	,016	
IFRS <sub>it</sub>	1	,423**	,009	,006***	,057***	,080**	,084**	,019**	,085**	,017	-,002	1,28
SJ <sub>it</sub>		1	,007	,057***	,067**	,017	,039	,032*	,157**	,051***	,118**	1,31
BIG4 <sub>it</sub>			1	,021	,028	,001	,002	,001***	,010	,000	,010	1,00
LVM <sub>it</sub>				1	,018	,386**	,093**	,044***	,096**	,028	-,045***	1,22
ROA <sub>it</sub>					1	,024	,140**	,019	,081**	,030	-,015	1,03
LE <sub>it</sub>						1	,091**	,064**	,115**	,023	-,010	1,22
AL <sub>it</sub>							1	,025	,090**	,030***	-,009	1,04
GNA <sub>it</sub>								1	,273**	,004	,094	1,09
TAM <sub>it</sub>									1	,028***	,052***	1,19
ΔV <sub>it</sub>										1	-,004	1,00
SE <sub>it</sub>											1	1,02

\*\*\* significativa ao nível 0,01; \*\* significativa a 0,05; \* significativa a 0,10.

Legenda: ADJM<sub>it</sub> = *accruals* discricionários do Modelo Jones Modificado (1995); IFRS<sub>it</sub> = adoção das IFRS; SJ<sub>it</sub> = Sistema jurídico; BIG<sub>it</sub> = Auditada por Big 4; LVM<sub>it</sub> = Leis de valores mobiliários; ROA<sub>it</sub> = Retorno sobre o ativo; LE<sub>it</sub> = Listagem em bolsa estrangeira; AL<sub>it</sub> = Alavancagem; GNA<sub>it</sub> = Gastos de natureza ambiental; TAM<sub>it</sub> = Tamanho; ΔV<sub>it</sub> = Variação nas vendas; e SE<sub>it</sub> = Setor econômico; ADROA<sub>it</sub> = *accruals* discricionários do Modelo Jones Modificado ajustado pelo ROA (2005).

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, quanto à variável de interesse deste estudo, constatou-se que as empresas com maiores gastos de natureza ambiental (GNA) tendem a apresentar maior qualidade da informação contábil aos usuários, visto que apresentam menor gerenciamento de resultados. Esse resultado confirma o encontrado por Scholtens e Kang (2013) e Pyo e Lee (2013), os quais verificaram que quanto maiores os gastos ambientais efetuados pelas empresas, menor o gerenciamento de resultados.

Para analisar o efeito das normas reguladoras, dos incentivos para a qualidade da informação contábil e dos gastos de natureza ambiental nas práticas de gerenciamento de resultados, foi aplicado a regressão com dados em painel para a equação 2, o método de efeitos fixos foi o mais indicado, uma vez que o teste de *Chow* foi significativo, rejeitando-se a hipótese nula de que o intercepto é igual para todas as *cross-sections*, assim como o teste de *Hausman* também foi significativo, rejeitando-se a hipótese nula de que o modelo de correção dos erros é adequado (Fávero, Belfiore, Chan & Silva, 2009).

No que se refere ao modelo JMROA (2005), para os *accruals* positivos e negativos o método de efeitos fixos foi o mais indicado. Para o modelo geral, que reúne os *accruals* positivos e negativos, o efeito POLS foi o mais indicado, conforme os testes dos pressupostos já apresentados anteriormente (Fávero et al., 2009).

Na Tabela 5 são apresentados os resultados para os *accruals* discricionários, separados em negativos, positivos e ambos, como variável dependente, apurados pelo modelo Jones Modificado (1995), com as variáveis de normas e incentivos para a qualidade da informação (variáveis independentes) e as variáveis de controle. Percebe-se que o poder explicativo do modelo ( $R^2$ ) é de 23,9%, 55,7% e 42,6%, respectivamente, sendo que todos os três modelos mostraram-se significativos.

**Tabela 5 – Efeito das normas e incentivos nas práticas de GR**

Variáveis	Modelo Jones Modificado (1995)			Modelo Jones Modificado ajustado ROA (2005)		
	1	2	3	4	5	6
	AD positivos e negativos	AD negativos	AD positivos	AD positivos e negativos	AD negativos	AD positivos
	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos	POLS	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos
Constante	-2,083**	-0,170**	-0,194*	-1,410***	-0,445**	-0,276***
IFRS <sub>it</sub>	-0,480*	-0,181**	-0,004	-0,035*	-0,020	-0,036**
S <sub>it</sub>	Omitido	Omitido	Omitido	-0,021*	Omitido	Omitido
BIG4 <sub>it</sub>	-0,092*	-0,072***	-0,009**	-0,010**	-0,002*	-0,012***
LVM <sub>it</sub>	-0,472***	-0,011	-0,026***	-0,096**	-0,013**	-0,015***
ROA <sub>it</sub>	-0,016**	-0,003	-0,008***	-0,001*	-0,024	-0,007**
LE <sub>it</sub>	-1,806***	-0,025**	-0,052*	-0,216**	-0,013	-0,014***
AL <sub>it</sub>	-0,001	-0,002	-0,001***	-0,001	0,001	-0,001***
GNA <sub>it</sub>	-9,987**	-2,175**	-0,640***	-0,005**	-0,565	-0,649***
TAM <sub>it</sub>	-0,247*	-0,018	-0,009**	-0,191***	0,067	-0,016
$\Delta V_{it}$	0,077	-0,032	0,027	-0,005	-0,030	0,011
SE <sub>it</sub>	Omitido	Omitido	Omitido	0,047*	Omitido	Omitido
$R^2$	0,239	0,557	0,426	0,020	0,540	0,522
Teste F/Wald	F = 6,09	F = 2,92	F = 2,84	F = 3,43	F = 2,79	F = 0,95
	Sig. = 0,000	Sig. = 0,000	Sig. = 0,003	Sig. = 0,000	Sig. = 0,003	Sig. = 0,004
Durbin-Watson	D-W = 2,313	D-W = 3,369	D-W = 2,562	D-W = 1,837	D-W = 3,022	D-W = 3,075
LM de Breusch-Pagan	X <sup>2</sup> = 0,00	X <sup>2</sup> = 1,81	X <sup>2</sup> = 0,00	X <sup>2</sup> = 0,00	X <sup>2</sup> = 0,540	X <sup>2</sup> = 1,40
	Sig. X <sup>2</sup> = 1,000	Sig. X <sup>2</sup> = 0,089	Sig. X <sup>2</sup> = 1,00	Sig. X <sup>2</sup> = 1,000	Sig. X <sup>2</sup> = 0,302	Sig. X <sup>2</sup> = 0,12
F de Chow	F = 1,15	F = 1,37	F = 1,07	F = 1,07	F = 2,79	F = 1,22
	Sig. = 0,036	Sig. = 0,000	Sig. = 0,023	Sig. = 0,176	Sig. = 0,003	Sig. = 0,017
Teste Hausman	X <sup>2</sup> = 87,60	X <sup>2</sup> = 18,31	X <sup>2</sup> = 17,38	X <sup>2</sup> = 46,43	X <sup>2</sup> = 17,43	X <sup>2</sup> = 19,73
	Sig. X <sup>2</sup> = 0,000	Sig. X <sup>2</sup> = 0,032	Sig. X <sup>2</sup> = 0,04	Sig. X <sup>2</sup> = 0,00	Sig. X <sup>2</sup> = 0,042	Sig. X <sup>2</sup> = 0,02
Número de observações	2.000	852	1.148	2.000	1.014	986

\*\*\* Significante ao nível de 1%; \*\* Significante ao nível de 5%; \* Significante ao nível de 10%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à variável de interesse deste estudo, gastos de natureza ambiental (GNA), encontrou-se uma relação negativa e significativa para os três modelos, indicando que empresas com maiores gastos de natureza ambiental utilizam um volume menor de *accruals* discricionários, o que resulta em práticas de gerenciamento de resultados por meio de escolhas contábeis reduzidas. Este achado encontra suporte no estudo de Pyo e Lee (2013), os quais constataram que empresas com iniciativas ambientais apresentam menor gerenciamento de resultados.

Tais indícios dão conta de que empresas com comportamentos de responsabilidade ambiental reportam aos usuários informações de alta qualidade. Esses

resultados estão alinhados com a perspectivas de comportamento ético, voltado para a transparência e qualidade das informações divulgadas ao mercado, preconizados na hipótese  $H_1$  deste estudo.

Além da variável de interesse (GNA), diversas variáveis independentes inseridas no modelo apresentaram relação negativa e significativa com os *accruals* discricionários do modelo Jones Modificado (1995), como IFRS (AD negativos e ambos), BIG4 e LE (em todos os 3 modelos), LVM, ROA e TAM (AD positivos e ambos) e AL (apenas AD positivos). De maneira geral, esses resultados demonstram que tais fatores contribuem para a redução das práticas de gerenciamento de resultados por meio de *accruals*.

Estes resultados estão de acordo com os estudos de Chen, Tang, Jiang & Lin. (2010), os quais destacam haver melhora na qualidade das informações divulgadas, com a redução dos níveis de gerenciamento de resultados, após a adoção das IFRS. Tais resultados encontram embasamento ainda nos estudos de Iatridis (2010), os quais mencionam que com a adoção das IFRS, existem indícios de melhora na qualidade das informações reportadas aos usuários.

Segundo Leventis e Caramanis (2005), uma empresa quando contrata uma BIG4 aponta ao mercado que sua contabilidade foi auditada por uma empresa que possui auditores treinados e que executam suas atividades com alta qualidade, sinalizando, como consequência, que as informações auditadas e disponibilizadas ao mercado pelas empresas sejam de boa reputação e indiquem alta qualidade. Segundo Ahmad, Hassan e Mohammad (2003), quando as firmas são auditadas por grandes empresas de auditoria tendem a apresentar alto nível de qualidade dos lucros, uma vez que essas empresas buscam manter sua reputação, contribuindo para a redução do gerenciamento de resultados. Isso se confirma na análise, que indica uma associação negativa entre a variável BIG4 e o valor dos *accruals* discricionários, sinalizando que tais empresas gerenciam menos seus resultados.

Yoon (2007) menciona que empresas pertencentes a países com fortes padrões de leis de valores mobiliários e alto padrão de normas contábeis tem melhor qualidade da informação, com foco na transparência e comparabilidade. Os resultados deste estudo confirmam os achados de Scholtens e Kang (2013), os quais mencionam que os altos níveis de aplicação das leis de valores mobiliários são aliados importantes na elaboração e divulgação dos relatórios contábeis, melhorando a qualidade da informação disponibilizada aos usuários.

Para as variáveis de incentivos, percebe-se que o retorno sobre o ativo (ROA) e a listagem estrangeira (LE) apresentam uma relação negativa e significativa com os *accruals* discricionários (ADJM), indicando que tais incentivos para a qualidade da informação inibem a prática de gerenciamento de resultados. Nessa mesma linha, os estudos de Iatridis (2010), Isidro e Raonic (2012) e Litt et al. (2013) também encontraram uma associação negativa e significativa do ROA e da listagem estrangeira com o gerenciamento de resultados. Ball et al. (2000) mencionam que em empresas listadas em bolsas estrangeiras, as informações divulgadas apresentam alto padrão de qualidade. Por fim, foi encontrada relação negativa e significativa ao nível de 10% entre os *accruals* discricionários (ADJM) e a variável de controle tamanho da empresa, medido pelo logaritmo do Ativo (TAM), indicando que em empresas maiores a prática de gerenciamento de resultados é menor.

Quanto aos resultados do modelo Jones Modificado ajustado pelo ROA (2005), percebe-se que o poder explicativo ( $R^2$ ) é de 2%, 54% e 52,2%, respectivamente, todos significativos. A redução no  $R^2$  do modelo com *accruals* positivos e negativos em relação ao modelo anterior (24% para 2%) provavelmente se deve que no primeiro foi utilizado efeitos fixos, enquanto neste o modelo POLS.

No entanto, a diferença mais significativa entre esses dois modelos se deve aos resultados dos AD negativos. Nos modelos 4 a 6 da Tabela 4, para os gastos de natureza ambiental (GNA), encontrou-se uma relação negativa e significativa, mas apenas quando considerados os AD positivos e os AD negativos e positivos juntos, indicando que a medida que os gastos de natureza ambiental aumentam, diminuem os *accruals* discricionários.

Portanto, neste modelo os gastos de natureza ambiental não se mostraram relacionados aos AD negativos, não sendo possível afirmar que empresas que realizam gerenciamento de resultados para diminuição dos lucros estejam associadas negativamente a tais gastos.

Já as variáveis de normas e incentivos apresentaram comportamento semelhante ao modelo Jones Modificado (1995), demonstrando consistência nos achados em relação aos *accruals* discricionários.

Diante desses resultados, de maneira geral, pode-se inferir que empresas que demonstram maior responsabilidade social e ambiental, caracterizadas neste estudo como aquelas com maiores gastos de natureza ambiental, apresentam um comportamento voltado para a transparência, responsabilidade e ética, traduzido pelo menor volume de *accruals* discricionários, utilizados como *proxy* para o gerenciamento de resultados.

Dessa forma, rejeita-se a hipótese H<sub>2</sub> deste estudo, que previa uma relação positiva entre os AD e os GNA, pautada no comportamento oportunista do gestor, que utilizaria os GNA para melhorar a reputação da empresa frente ao mercado.

## 5 CONCLUSÕES

Este estudo objetivou verificar a relação entre os gastos ambientais e a qualidade da informação contábil em empresas de capital aberto. Para se atingir o objetivo proposto, foram testadas a relação entre variáveis de normas e incentivos para a qualidade da informação contábil, bem como dos gastos de natureza ambiental com o gerenciamento de resultados por *accruals* dentre as empresas que compõe a amostra.

No que se refere às normas reguladoras, os resultados apontam para uma associação negativa entre as normas (IFRS, SJ, BIG4 e LVM) e a qualidade da informação contábil. Assim, conclui-se que a adoção das IFRS por parte das empresas, o sistema jurídico *common law*, o fato da empresa ser auditada por *Big4* e a rigidez da aplicação das leis de valores mobiliários do país contribuem para a redução das práticas de GR, melhorando, dessa forma, a qualidade das informações reportadas.

Para os incentivos para a qualidade da informação contábil (ROA e LE), os resultados obtidos confirmam os achados de Isidro e Raonic, (2012), Scholtens e Kang (2013) e Litt et al. (2013), indicando que empresas mais lucrativas e com ações negociadas em bolsas estrangeiras apresentam informações contábeis de melhor qualidade.

Quanto ao objeto principal do estudo, verificou-se que empresas que realizam gastos ambientais se envolvem menos em práticas de GR, o que pode ocorrer em razão de que os investimentos em preservação ambiental exercem influência positiva e significativa na construção e fortalecimento da imagem corporativa da empresa, a qual é considerada pelos usuários na definição dos investimentos (Melo & Vieira, 2003). Este resultado confirma a premissa proposta por Kim et al. (2012), de que empresas socialmente responsáveis empreendem esforços e recursos para implementar práticas de Responsabilidade Social Corporativa que atendam às expectativas éticas dos *stakeholders*, as quais levam à redução das práticas de gerenciamento de resultados, proporcionando aos investidores informações contábeis mais transparentes e confiáveis.

Pode-se inferir, assim, que a combinação da adoção das normas reguladoras (IFRS, SJ, BIG4 e LVM), dos incentivos para a qualidade da informação contábil (ROA, LE e AL) e o desenvolvimento de uma responsabilidade socioambiental por parte das empresas (traduzido neste estudo por maiores investimentos em gastos de natureza ambiental) contribuem para a redução das práticas de gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários, melhorando a qualidade das informações contábeis reportadas ao mercado.

Ao responder à questão de pesquisa, conclui-se, de maneira geral, que os gastos de natureza ambiental podem refletir um comportamento mais ético por parte de seus gestores, com maior compromisso com a transparência e qualidade das informações reportadas, assim como apontado por Kim et al. (2012).

Em consideração às limitações para estudos futuros, recomenda-se considerar como fatores ambientais e regulatórios as características institucionais dos países em que as operações são realizadas e ampliar a variabilidade de incentivos empresariais que possam influenciar os números contábeis reportados pelas empresas com atividades ambientais. Sugere-se incluir variáveis como o nível de transparência, carga tributária, outras variáveis de mecanismos de governança corporativa e concentração de propriedade, ainda que resulte em diminuição do tamanho da amostra em um contexto internacional.

Também se sugere utilizar o mesmo número de empresas de mesmo setor para cada país em ambos os grupos de amostras, visto que neste estudo as empresas do Grupo 2 não eram necessariamente dos mesmos setores que as empresas pertencentes ao Grupo 1. Outra abordagem recomendada é a de considerar métricas diferenciadas para mensurar a qualidade das informações contábeis, como tempestividade e conservadorismo, assim como modelos diferentes dos que foram utilizados neste estudo para as métricas de gerenciamento de resultados.

## REFERÊNCIAS

- Ahmad, Z., Hassan, S. & Mohammad, J. (2003). Determinants of environmental reporting in Malaysia. *International Journal of Business Studies*, 11(1), 69.
- Bagaeva, A. (2008). An examination of the effect of international investors on accounting information quality in Russia. *Advances in Accounting*, 24(2), 157-161.
- Ball, R., Kothari, S. P. & Robin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 29(1), 1-51.
- Ball, R. & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative recognition timeliness. *Journal of Accounting & Economics*. Amsterdam, 39(1), 83-128.
- Burgstahler, D. C.; Hail, L.; Leuz, C. (2006). The importance of reporting incentives: earnings management in European private and public firms. *The Accounting Review*, 81(5), 983-1016.
- Chen, H., Tang, Q., Jiang, Y. & Lin, Z. (2010). The role of accounting standards: evidence from the European Union. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 21(3), 220-278.
- Chen, K. Y., Lin, K.; & Zhou, J. (2005). Audit quality and earnings management for Taiwan IPO firms. *Managerial Auditing Journal*, 20(1), 86-104.
- Christ, K. L. & Burritt, R. L. (2013). Environmental management accounting: the significance of contingent variables for adoption. *Journal of Cleaner Production*, 41, 163-173.

- Clarkson, P. M., Fang, X., Li, Y. & Richardson, G. D. (2013). The relevance of environmental disclosures: Are such disclosures incrementally informative?. *Journal of Accounting and Public Policy*, 32(5), 410-431.
- Clarkson, P. M.; Li, Y.; Richardson, G. D.; Vasvari, F. P. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, organizations and society*, 33(4), 303-327.
- Dechow, P. M.; Sloan, R. G.; Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70, 3- 42.
- Ding, Y; Jeanjean, T.; Stolowy, H. (2009). Observations on measuring the differences between domestic accounting standards and IAS: A reply. *Journal of Accounting and Public Policy*, 28(2), 154-161.
- Fávero, L. P., Belfiore, P. P., Chan, B. L. & Silva, F. L. da. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus.
- Goulart, A. M. C. (2007). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil*. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) -Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- Gray, R. & Bebbington, J. (2000). Environmental accounting, managerialism and sustainability: is the planet safe in the hands of business and accounting?. *Advances in Environmental Accounting & Management*. 1, 1-44.
- Grougiou, V., Leventis, S., Dedoulis, E., & Owusu-Ansah S. (2014). Corporate social responsibility and earnings management in US banks. In: *Accounting Forum*, 155-169.
- Healy, P. M. (1985). The effect of bonus schemes of accounting decisions. *Journal of Accounting & Economics*, 7(1-3), 85-107.
- Healy, P. M & Whalen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standards setting. *Accounting Horizons*, 13, 365-383.
- Heltzer, W. (2011). The asymmetric relationship between corporate environmental responsibility and earnings management: Evidence from the United States. *Managerial Auditing Journal*, 26(1), 65-88.
- Iatridis, G. E. (2010). International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information. *International Review of Financial Analysis*, 19(3), 193-204.
- Isidro, H. & Raonic, I. (2012). Firm incentives, institutional complexity and the quality of “harmonized” accounting numbers. *The International Journal of Accounting*, 47(4), 407-436.
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193-228.
- Kang, S-H; Sivaramakrishnan, K. (1995). Issues in testing earnings management and an instrumental variable approach. *Journal of Accounting Research*. Oxford, 33(2), 353-367.
- Kim, Y., Park, M. S. & Wier, B. (2012) Is earnings quality associated with corporate social responsibility?. *The Accounting Review*, 87(3), 761-796.
- Klamm, R. C. (2011). *Gerenciamento de resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS*. 2011. 372 fls. Tese (Doutorado em

Ciências Contábeis e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau. Blumenau.

Kothari, S. P., Leone, A. J. & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 163-197.

Leuz, C., Nanda, D. & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*. 69(3) 505-527.

Lev, B., Petrovits, C. & Radhakrishnan, S. (2010). Is doing good good for you? How corporate charitable contributions enhance revenue growth. *Strategic Management Journal*, 31(2), 182-200.

Leventis, S. & Caramanis, C. (2005). Determinants of audit time as a proxy of audit quality. *Managerial Auditing Journal*, 20(5), 460-478.

Litt, B., Sharma, D. & Sharma, V. (2013). Environmental initiatives and earnings management. *Managerial Auditing Journal*, 29(1), 76-106.

Lopes, A. B. (2009). *The relation between firm-specific corporate governance, cross-listing and the informativeness of accounting numbers in Brazil*. Thesis. 2009. Manchester Business School, University of Manchester.

Martinez, A. L. (2001). *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. 2001. 153 fls. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Martinez, A. L. & Cardoso, R. L. (2009). Gerenciamento da informação contábil no Brasil mediante decisões operacionais. *Revista Eletrônica de Administração*, 15(3), 600-626.

Martins, E. & Hirashima, (1994). *T. Normas e práticas contábeis no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Mazzioni, S. (2015). *Influência do grau de internacionalização das empresas na relação entre as normas reguladoras e os incentivos empresariais com a qualidade das informações contábeis*. 2015. 419 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

McNichols, M. F. (2000). Research design issues in earnings management studies. *Journal of Accounting and Public Policy*, 19, 313-345.

Melo, M. S. & Vieira, P.R.C. (2003). Imagem corporativa e investimento na preservação do meio ambiente: a nova tendência da agenda estratégica. In: XXVII ENANPAD, Atibaia, 2003. *Anais...*

Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados*. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Prado-Lorenzo, J-M. & Garcia-Sanchez, I-M. (2010). The role of the board of directors in disseminating relevant information on greenhouse gases. *Journal of Business Ethics*, 97(3), 391-424.



Pyo, G. & Lee, H-Y. (2013). The association between corporate social responsibility activities and earnings quality: Evidence from donations and voluntary issuance of CSR reports. *Journal of Applied Business Research (JABR)*, 29(3), 945-962.

Richardson, S., Teoh, S. H.; Wysocki, P. D. (2004). The Walk-down to Beatable Analyst Forecasts: The Roles of Equity Issuance and Insider Trading Incentives. *Contemporary Accounting Research*, 21(4), 885-924.

Rodrigues, A. (2008). *Gerenciamento da informação contábil e regulação: evidências no mercado brasileiro de seguros*. 159 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Scholtens, B. & Kang, F-C. (2013). Corporate social responsibility and earnings management: Evidence from Asian economies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(2), 95-112.

Watts, R. L. & Zimmermann, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten-year perspective. *The Accounting Review*. 65, 131-156.

Yoon, S. (2007). *Accounting quality and international accounting convergence*. 107 f., Tese (Doctor of Philosophy) – Faculty of the Graduate College of the Oklahoma State University.